

**ESTIMATIVA DE SALDO NAS DESPESAS DE
PESSOAL E ENCARGOS, CUSTO DA
CONTRAÇÃO DE 60 NOVOS OFICIAIS DE
JUSTIÇA E COMPARATIVOS ORÇAMENTÁRIOS**

**TJDFT – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**

Por solicitação da Associação dos Oficiais de Justiça do Distrito Federal – AOJUS, elaborei o presente Estudo, que será dividido em três partes a saber:

- 1- ESTIMATIVA DE SALDO NAS DESPESAS DE PESSOAL DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS;
- 2- CUSTO EM 2018 PARA A CONTRATAÇÃO DE 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA;
- 3- COMPARATIVOS DO CUSTO DA CONTRAÇÃO DE 60 NOVOS OFICIAIS, COM DADOS ORÇAMENTÁRIOS.

Em ANEXO, há um conjunto de tabelas e gráficos, com informações mais detalhadas sobre a metodologia das estimativas e cálculos realizados, bem como as fontes de dados.

PARTE 1 - ESTIMATIVA DE SALDO NAS DESPESAS DE PESSOAL DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Com os dados disponíveis no Congresso Nacional, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Prodasen a partir do SIAFI/STN, foi realizada uma projeção das despesas de pessoal e encargos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios -TJDFT.

Para esta estimativa, foi utilizado os valores LIQUIDADOS da folha de pagamento de 2017, com o ORÇAMENT FECHADO.

Assim, o montante total liquidado, em 2017, foi de R\$ 2,170 bilhões, e, abatendo os valores também liquidados das SJ – sentenças judiciais e DEA – despesas de exercícios anteriores¹, temos o montante de R\$ 2,152 bilhões.

	Orçamento Fechado 2017
Valor Liquidado	2.170.916.448
Sentenças Judiciais	-
Despesas de Exercícios Anteriores	18.087.932
Base de Cálculo	2.152.828.516
Acréscimo Parcelas PCS 4,8%	2.256.164.285
Oçamento Total de 2018	2.337.750.317
Saldo 2018	81.586.032
Saldo em % da folha do ano	3,62%

De maneira geral, para 2018, deve ser acrescentado o impacto orçamentário das parcelas do PCS – Plano de Cargos e Salários dos servidores, que conforme à época da negociação com o Ministério do Planejamento, a previsão era de um impacto de 4,8%, em 2018, sobre a folha de 2017.

Esse percentual era de um limite de gastos, para ampliação da folha de pagamento de todos servidores públicos federais, de 2017 para 2018,

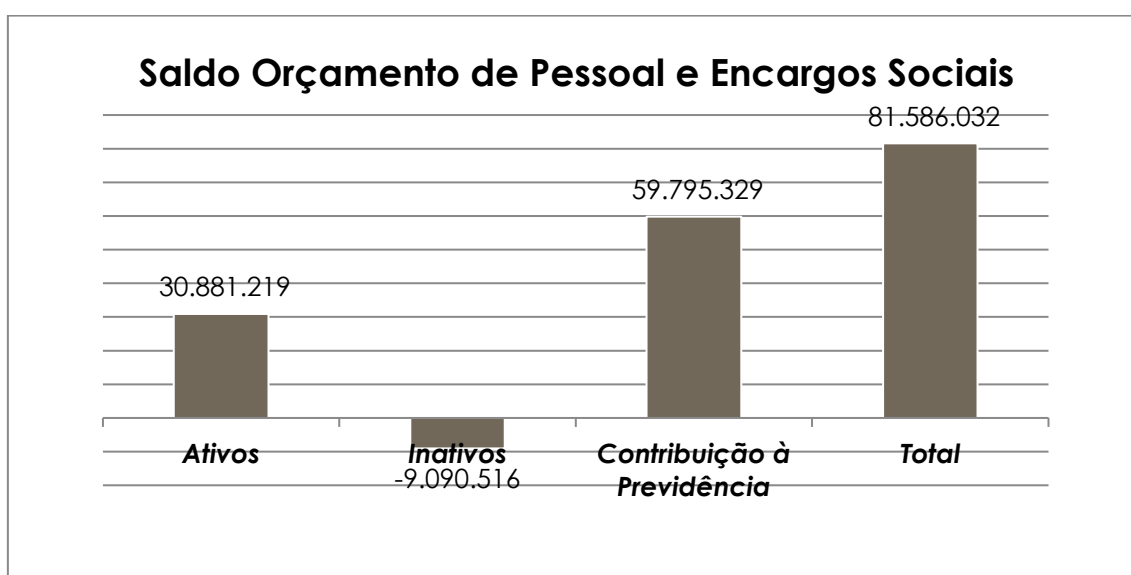
¹ As sentenças judiciais e as despesas de exercícios anteriores são os gastos extraordinários da folha de pagamento. Assim para se apurar o valor de uma folha de pagamento normal, tais rubricas foram retiradas do cálculo.

conforme a *PROPOSTA PARA REAJUSTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS*, do Ministério do Planejamento de Junho de 2016.

Assim, somando o montante liquidado em 2017 de R\$ 2,152 bilhões, com mais 4,8%, o valor ESTIMADO de gastos com a folha de pagamento será de R\$ 2,256 bilhões, em 2018.

O orçamento total autorizado, até 19 de fevereiro, para o ano de 2018 é de R\$ 2,337 bilhões.

Dessa forma, **temos um saldo de R\$ 81,586 milhões.**



Foi também realizado o mesmo cálculo, para cada um dos Projetos/Atividades que compõem as despesas de pessoal e encargos sociais, com os mesmos critérios, conforme colocado anteriormente.

Nesse caso, encontrado diferentes situações em termos de saldos.

RESUMO SALDO POR PROJETO/ATIVIDADE	
Ativos	30.881.219
Inativos	- 9.090.516
Contribuição à Previdência	59.795.329
Total	81.586.032

Dessa forma, para o pessoal Ativo, o saldo é de R\$ 30,8 milhões.

Para os Inativos e Pensionistas, há um déficit, de R\$ 9,0 milhões.

E, para a Contribuição à Previdência, o saldo é de R\$ 59,7 milhões.

No total, também como já colocado, o saldo é de R\$ 81,5 milhões.

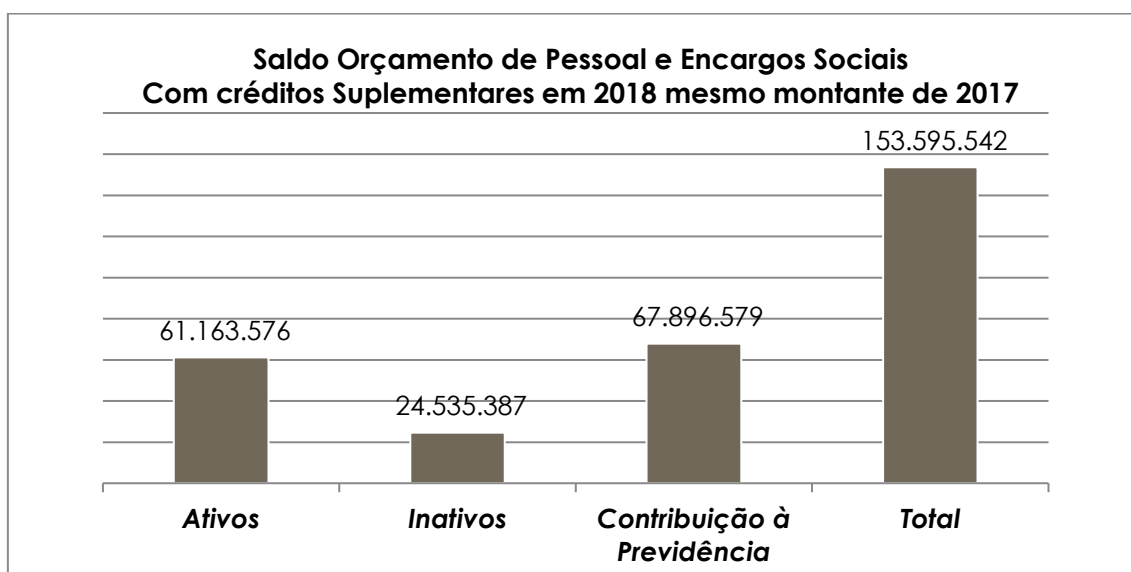
Observe-se que, para equilibrar os saldos e déficit, ou a proporção de saldos, como de ativos para inativos, ou vice e versa, podem, durante o ser realizadas movimentações orçamentárias, dos Projetos/Atividade que tem saldo, para aqueles com déficit, ou daqueles com saldos, proporcionalmente maiores, para os de menores.

Porém essas dotações iniciais, ou orçamento autorizado, COM BASE EM DADOS DE 19/02/2018, deve ser reforçado, como, em geral, ocorre normalmente em todos os anos, durante a execução orçamentária, com a vinda de CRÉDITOS SUPLEMENTARES.

Em 2017, o TJDFT, recebeu de créditos suplementares para as despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 72,009 milhões.

	Orçamento Fechado 2017
Valor Liquidado	2.170.916.448
Sentenças Judiciais	-
Despesas de Exercícios Anteriores	18.087.932
Base de Cálculo	2.152.828.516
Acréscimo Parcelas PCS 4,8%	2.256.164.285
Oçamento Total de 2018	2.337.750.317
Saldo 2018	81.586.032
Saldo em % da folha do ano	3,62%
CRÉDITOS SUPLEMENTARES 2017	72.009.510
SALDO TOTAL SE COM MESMO MONTANTE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES 2017	153.595.542
Saldo em % da folha do ano	6,81%

Se, em 2018, o orçamento tiver aumento pelo menos o mesmo montante de suplementações como em 2017, o saldo estimado anteriormente em R\$ 81,5 milhões, aumentará para uma **projeção de saldo de R\$ 153,595 milhões.**



Como na projeção anterior, foi também realizado o mesmo cálculo, para cada um dos Projetos/Atividades que compõem as despesas de pessoal e encargos sociais, com os mesmos critérios, conforme colocado anteriormente.

Nesse caso, encontrado diferentes situações em termos de saldos.

RESUMO SALDO POR PROJETO/ATIVIDADE COM CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO MESMO MONTANTE DE 2017	
Ativos	61.163.576
Inativos	24.535.387
Contribuição à Previdência	67.896.579
Total	153.595.542

Dessa forma, para o pessoal Ativo, o saldo é de R\$ 61,1 milhões.

Para os Inativos e Pensionistas, agora com saldo de R\$ 24,5 milhões.

E, para a Contribuição à Previdência, o saldo é de R\$ 67,8 milhões.

No total, também como já colocado, o saldo é de R\$ 153,5 milhões.

PARTE 2 - CUSTO EM 2018 PARA A CONTRATAÇÃO DE 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Esse cálculo foi realizado, como em geral, para verificar o impacto orçamentários da contratação de novos servidores, considerando metade do ano.

Os Oficiais de Justiça, entram no primeiro padrão, na carreira de Analista Judiciário.

E, além do VB - Vencimento Básico, e da GAJ - Gratificação de Atividade Judiciária, recebe também a GAE – Gratificação de Atividade Externa.

Em 2018, considerando a entrada a partir de julho, conforme colocado acima, haverá uma parcela da remuneração de julho a novembro, no total de R\$ 13.001,45, considerando todas as parcelas remuneratórias.

E, em dezembro, com a aplicação de mais parcela do PCS, a remuneração total para R\$ 13.384,36.

O custo de julho a novembro, será de R\$ 3.903.406, que corresponde a 5 meses multiplicados por 60 novos Oficiais de Justiça.

E, e dezembro, de R\$ 1.204.593, referente a 1,5 remuneração, considerando o mês, mais metade do 13º salário.

CÁLCULO CUSTO 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA EM 2018							
	Venc. Bas.	GAJ	GAE	Total	Oficiais	Meses	Total
De Julho a Novembro	5.004,37	6.255,46	1.751,53	13.011,35	60	5	3.903.406
Dezembro Mais 50% 13o.	5.050,70	6.565,91	1.767,75	13.384,36	60	1,5	1.204.593
TOTAL GERAL EM 2018 - PAGTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO							5.107.999
TOTAL GERAL 2018 CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO Á PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES							1.123.760
TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 2018							6.231.759

No total do ano o impacto em termos de remunerações será de R\$ 5.107.999.

Há que ser acrescido nesses valores a Contribuição da União à Previdência dos Servidores, calculado como 22% do total apurado acima, portanto mais R\$ 1.123.760.

Somando-se os dois custos, temos, em 2018 um **impacto geral, em 2018, nas despesas de pessoal e encargos sociais de R\$ 6.231.750.**

PARTE 3 - COMPARATIVOS DO CUSTO DA CONTRAÇÃO DE 60 NOVOS OFICIAIS, COM DADOS ORÇAMENTÁRIOS

Com o objetivo de mensurar a proporção que o custo dessas contratações em relação a alguns dados orçamentários, foram realizadas as comparações abaixo.

A primeira comparação foi entre o valor do aumento entre **as DOTAÇÕES INICIAIS** do orçamento com pessoal e encargos sociais do TJDF, de 2017 e 2018.

No período houve um aumento de R\$ 217,8 milhões.

AUMENTO ENTRE 2017 X 2018 DOTAÇÕES INICIAIS	217.812.011,00
AUMENTO DA DESPESA EM 2018 COM CONTRATAÇÃO 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	6.231.758,61
SALDO CONSIDERANDO A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	211.580.252,39
PERCENTUAL DO AUMENTO COM A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	2,95%

Como o custo das contratações é de R\$ 6,231 milhões, ela **representa apenas 2,95% do total de aumento entre as dotações iniciais.**

A segunda comparação foi entre o montante **LIQUIDADO** do orçamento de 2017 e a **DOTAÇÃO INICIAL** de 2018.

O aumento foi de R\$ 184,9 milhões.

AUMENTO ENTRE 2017 LIQUIDADO X 2018 DOTAÇÃO INICIAL	184.921.801,00
AUMENTO DA DESPESA EM 2018 COM CONTRATAÇÃO 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	6.231.758,61
SALDO CONSIDERANDO A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	178.690.042,39
PERCENTUAL DO AUMENTO COM A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	3,49%

Assim, a contratação dos Oficiais de Justiça, **representa também, muito pouco, apenas 3,49%.**

A terceira comparação, foi com o valor apurado com **ESTIMATIVA DE SALDO NO ORÇAMENTO DE PESSOAL COM CRÉDITOS SUPLEMENTARES**, conforme exposto na primeira parte deste texto.

ESTIMATIVA DE SALDO NO ORÇAMENTO DE PESSOAL COM CRÉDITOS SUPLEMENTARES	153.595.542,23
AUMENTO DA DESPESA EM 2018 COM CONTRATAÇÃO 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	6.231.758,61
SALDO CONSIDERANDO A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	147.363.783,63
PERCENTUAL DO AUMENTO COM A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	4,23%

O saldo estimado é de R\$ 153,5 milhões, **representando as contratações, também uma proporção apenas, de 4,23%.**

Essa nova comparação se dá com os valores **ESTIMATIVA DE SALDO NO ORÇAMENTO DE PESSOAL SEM CRÉDITOS SUPLEMENTARES**, também conforme na PARTE 1.

ESTIMATIVA DE SALDO NO ORÇAMENTO DE PESSOAL SEM CRÉDITOS SUPLEMENTARES	81.586.032,23
AUMENTO DA DESPESA EM 2018 COM CONTRATAÇÃO 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	6.231.758,61
SALDO CONSIDERANDO A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	75.354.273,63
PERCENTUAL DO AUMENTO COM A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	8,27%

O saldo estimado é de R\$ 81,5 milhões, **representando as contratações, também uma proporção apenas, de 8,27%.**

Assim, nesses comparativos, em particular os que tratam da estimativa de saldo, a conclusão é que mesmo num cenário, onde para o TJDFT, não venham créditos suplementares, como ocorre frequentemente, para as despesas de pessoal e encargos sociais, é possível a contratação dos 60 novos Oficiais de Justiça.

E, mesmo considerando, essa hipótese, ou seja, da não vinda de créditos suplementares, ainda haveria uma margem bastante razoável no orçamento.

Se for considerada a vinda de créditos suplementares, nos mesmos montantes que em 2017, o que muito provavelmente irá ocorrer, a margem é bem maior.

Por fim foram realizadas mais duas comparações, a fim de verificar a amplitude das contratações em termos do total do orçamento de pessoal e encargos e do total do orçamento do TJDFT.

O TOTAL DO ORÇAMENTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, do Tribunal em 2018 é de R\$ 2,337 bilhões.

TOTAL DO ORÇAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.337.750.317,00
AUMENTO DA DESPESA EM 2018 COM CONTRATAÇÃO 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	6.231.758,61
PERCENTUAL DO AUMENTO COM A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	0,27%

A contratação dos novos Oficiais representaria, um percentual, muito pequeno, **apenas de 0,27%.**

E, com o TOTAL DO ORÇAMENTO DO TJDFE EM 2018, que é de R\$ 2,812 bilhões.

TOTAL DO ORÇAMENTO DO TJDFE 2018	2.812.916.275,00
AUMENTO DA DESPESA EM 2018 COM CONTRATAÇÃO 60 NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	6.231.758,61
PERCENTUAL DO AUMENTO COM A CONTRATAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	0,22%

Novamente, a contratação dos novos Oficiais, equivale um percentual, mínimo, de **apenas de 0,22%**.



Ou seja, com esses pequenos percentuais de impacto orçamentário, mesmo com as dificuldades impostas pela EC – Emenda Constitucional 95, e, como os limites da mesma, tratam do orçamento total, essa pequena fração

de aumento², tende não criar problemas, em termos absorção pelo orçamento, em relação os limites da EC, nos próximos anos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.

Washington Luiz Moura Lima

Economista

² Observe-que, no gráfico acima, que a despesas com as contratações, é apenas um traço, frente ao total do orçamento.